



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

**Processo TC** 6147/989/16  
**Poder** LEGISLATIVO  
**Município** Mogi Mirim  
**Entidade** CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM  
**Período** 06/2017  
**Relator** Dra. Cristiana de Castro Moraes  
**Unidade Fiscalizadora** UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU  
**Responsável** JORGE SETOGUCHI  
**Cargo** PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
**CPF** 027.805.368-88  
**Período de Gestão** 01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

**Posição no exercício anterior**

<b>Órgão</b>	<b>RP Proces</b>	<b>RP Não Proces</b>

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM	R\$ 115.300,06	R\$ 110.259,45
--------------------------------	----------------	----------------

#### Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM	R\$ 0.00	R\$ 208.057,69	R\$ 2.000,00

#### Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM	R\$ 0,00	R\$ 15.501,82	R\$ 56.389,92

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

## 2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 5.373.299,87	R\$ 321.432.949,42	1,6717%	1,6717%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 1,6717%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

## 2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 1.428.460,80
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 64.237,63
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 358.492,46
(=) Liquidez do Período	R\$ 1.005.730,71
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 4.555.004,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 5.545.232,89
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 15.501,82

O resultado de liquidez acima apresenta superávit, tanto no resultado atual do período, quanto no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao

adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## 2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 42,97%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 4.554.996,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 491.745,76
Despesas com folha de pagamento	R\$ 2.237.756,44
<b>Despesa com folha/Transferências realizadas</b>	<b>42,97%</b>
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

## 2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 215.256.966,20
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 533.261,61
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
<b>Apuração do limite</b>	<b>0,25%</b>

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,25%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

## 2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	91929
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 215.256.966,20
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 15.067.987,63
Total de Despesas do exercício	R\$ 3.073.021,35
Percentual Apurado	1,43%

(\*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,43%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

### **3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP**

#### **3.1 - ANALISE OCP**

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 18/08/2017  
**Hora da Geração:** 23:45:29